

Empoderamento dos comuns

Luiz Marques

29/11/2024

Benjamin Constant foi um eloquente membro da Assembleia Nacional na segunda metade da Revolução Francesa, a partir de 1795 e também na Restauração entre 1815 e 1830. Era um líder da oposição liberal intitulada os “Independentes”. Na célebre conferência, *Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos*, aborda a transição da democracia direta à democracia representativa, da “Praça da Revolução” ao “Parlamento”. A reflexão dialoga com alguns temas contemporâneos.



Para o pensador suíço radicado na França, a liberdade dos antigos atenienses é fundada na partilha do poder político e na satisfação por influir em decisões no palco público da governança. Enquanto porção de um corpo coletivo, o cidadão pode interrogar, destituir e aprovar armistícios por desígnio do conjunto. Publicamente fixa os rumos da *pólis*. Privadamente obedece determinações culturais, reproduzindo a moral e os costumes já consolidados na sociedade – sem questionar o estabelecido.

A liberdade é para usufruto exclusivo do cidadão, não do indivíduo. O cotidiano está cercado de muitas precauções e impedimentos. As leis delimitam a conduta conjugal e o tratamento com os filhos sob pena da punição de ostracismo, no limite. Assim, submissos à ordem da República, as *personas* deambulam perdidas no emaranhado normativo de Atenas, tentando decodificar o certo.

Na liberdade dos modernos, o que importa é a fruição da vida privada. Cabe à institucionalidade garantir condições objetivas para o aproveitamento do privilégio de ir e vir sem pedir permissão, dispor da propriedade para usar ou abusar. São anseios básicos para uma realização. O gozo advém da individuação, depende das inclinações e idiosincrasias de cada um. O indivíduo projeta-se na hierarquia de valores. O compromisso particular tem prioridade. O hedonismo substitui a lealdade. A definição aristotélica de que o humano é um animal social (*zoon politikon*) cede ao narcisismo.

O comércio converte o cidadão em consumidor, inspirando a autonomização diante das convenções sociais. A intervenção das autoridades republicanas é reprovada para não atrapalhar a especulação e a concorrência

entre os especuladores. “Quando os governos encaminham os negócios, o fazem com menos vantagens”. Surge o vírus ideológico das *fake news* contra o planejamento estatal.

A privatização da existência pessoal pode ser interpretada como um sintoma da “alienação”, que suspende os laços coletivos com a espécie e o planeta. A assertiva ecoa o espírito hegemônico, na Antiguidade. Quem não intervinha na vida pública, embora tendo a prerrogativa, era tachado de “idiota”; etimologicamente, em grego, “o que se abstém dos assuntos políticos”. A participação era considerada um imperativo categórico, uma nobre e irrecusável obrigação moral; agora, não mais.

Porém, pulsa ainda em nosso peito a admiração pelos que ousam pegar as rédeas do destino nas mãos. Suas proezas parecem despertar a lembrança de que nada, hoje, nos faz sentir uma vibração do tipo. Difícil não experimentar a nostalgia do período em que a habilidade do sujeito desenvolvia-se com dedicação e dignidade para vencer obstáculos. Impossível não desejar imitar a disposição capaz de mudar o *status quo*. Faz falta “uma força jacobina eficiente”, nas palavras de Gramsci.

Desafios de nosso tempo

Sob o neoliberalismo, o vazio existencial deixado pela égide do dinheiro é preenchido com um simulacro antissistêmico contra o sistema. Vide o terrorista de Santa Catarina, a unidade federativa com 320 células nazistas ativas; mais de um quarto do estimado no país (1.117). São Paulo com 12 milhões de habitantes soma 96 (*Piauí*, maio 2023). Os bolsonaristas uivam para penhorar as provas de identificação com a alcaeteia. “Venha alguém gostar de mim”, lê-se no verso de Cecília Meireles.

Juras de amor à nação deslocam os sacrifícios para os bodes expiatórios, qual os imigrantes. O reducionismo intelectual protege a necropolítica, a desindustrialização, a austeridade fiscal, a deterioração econômica, a catástrofe ambiental, a explosão das iniquidades. O caos, a intolerância, a mercantilização, a desumanização, a violência aos direitos se espalham. O apocalipse se aproxima.

A extrema direita propõe a quadratura do círculo. De um lado, promove a dogmática da liberdade individual onde “tudo que é sólido desmancha no ar” com o destrutivo *laissez-faire* neoliberal. Por outro, se apropria do conservadorismo das comunidades pré-capitalistas. A dualidade emocional compõe o mosaico do golpe. As tecnologias de comunicação e as modalidades organizativas das *Big Techs* na era da digitalização são utilizadas para atacar o Estado de direito democrático, em escala global. Já a política e a regulação batem cabeça com uma legislação da era analógica.

O neofascismo reconstrói o afeto que a globalização destrói. Eis o sentido das redes cibernéticas. O ódio e ressentimento é temperado com críticas românticas à vida nas metrópoles e uma atitude *blasé* frente o sofrimento. A cartilha da Faria Lima sobre o poder econômico, financeiro e midiático não admite alternativas. Mas, na China, 600 milhões de pessoas saíram da pobreza pelo controle das finanças, juros baixos para investimentos, fertilização financeira com as inovações tecnológicas e um “Estado empreendedor”. Não se depositou todas as fichas no “Indivíduo empreendedor”.

Ao contrário da direita iliberal, Benjamin Constant não postula uma renúncia da liberdade pública. Antes, enfatiza que é preciso aprender a combiná-la com a liberdade privada. Os afazeres pessoais não impedem o exercício do voto. Até por que as pesquisas mostram que a apatia e o absenteísmo não decorrem do desinteresse, senão da ausência de canais de interlocução para drenar o civismo. Se inexistem, é que a cidadania incomoda a plutocracia e as estruturas de dominação sufocam a voz do povo. Se o capitalismo foi democrático, ninguém recorda; a incompatibilidade é alarmante.

No livro recém-lançado pela Editora Hucitec com a Fundação Perseu Abramo, *Democracia versus Neoliberalismo* (organizado por Wagner Romão), Ladislau Dowbor aponta o “rentismo” como modo de produção e o neoliberalismo como disfarce. “Os que comandam não são mais os capitães da indústria, e sim os que controlam algoritmos, plataformas de comunicação e dinheiro imaterial, no quadro da financeirização”. Melhor atentar na revolução digital e na passagem do industrialismo para o financismo do

que listar adjetivos ao capitalismo (corporativo, parasitário, de vigilância). A ganância rentista já sobrepuja a mais valia extraída dos baixos salários, e reconceitua o emprego.

Voltada para a “verdade” (o valor do conhecimento) e o “bem” (o valor ético), a política contribui para a revelação e desmistificação do poder oculto para a sociedade (o rentismo). A emancipação exige a criação de esferas de participação, conscientização e organização para enfrentar os desafios do século XXI, numa correlação de forças congressuais adversa, no Brasil. Alianças auxiliam tanto, quanto condicionam as ações dos oprimidos ao arcabouço da “terceira via”: ora singram as ondas agitadas, ora fundeiam o navio. A dialética da liberdade dos antigos e dos modernos cobra para os comuns um empoderamento. Para manter viva a paixão da rebeldia e a vontade de transformação.

P.S.: A Frente Ampla no Uruguai, de José Mujica, Yamandú Orsi e Caroline Cosse traz um novo alento para a América Latina após o tango dos desesperados, no naufrágio anarcocapitalista da Argentina. O sol volta a brilhar. Lutar vale a pena. *El cielo a los de abajo / O céu aos de baixo.*

Luiz Marques é Docente de Ciência Política na UFRGS; ex-Secretário de Estado da Cultura no Rio Grande do Sul.